



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Notícias da União Europeia

13 de março a 7 de abril de 2017

Notícias das instituições da União Europeia – Conselho da União Europeia/Conselho Europeu, Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité Económico e Social Europeu- selecionadas, essencialmente, a partir dos respetivos comunicados de imprensa e agrupadas nos seguintes capítulos:

- ✓ **ECONOMIA**
- ✓ **ENERGIA E CLIMA**
- ✓ **MERCADO INTERNO**
- ✓ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

60.º aniversário dos Tratados de Roma, 25/03/2017

Os dirigentes da União Europeia reuniram-se, em Roma, no dia 25 de março, para celebrar o 60.º aniversário dos Tratados de Roma, assinados na mesma data, em 1957. A reunião representou uma oportunidade de reflexão sobre o estado da União Europeia e o futuro do processo de integração, tendo os dirigentes adotado uma [declaração](#) que define uma visão conjunta para os próximos anos. Também a BusinessEurope fez questão de assinalar esta ocasião, tendo entregue uma [Declaração](#), em nome da comunidade empresarial, ao Primeiro-Ministro Italiano Paolo Gentiloni e ao Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk. A CIP marcou presença nestes eventos, tendo ainda reunido com o Primeiro Ministro, António Costa, a quem entregou a [Declaração](#) e reportou o sentimento de esperança e empenho no futuro da Europa subscrito por todas as confederações presentes. Para mais informações, consulte a [página do evento](#) e também o [comunicado de imprensa](#) da BusinessEurope e a [notícia](#) no portal da CIP.

Presidente do Parlamento Europeu envia carta de protesto a Dijsselbloem

O presidente do PE, Antonio Tajani, e eurodeputados dos vários grupos políticos criticaram duramente, na abertura da sessão plenária, as recusas do presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, a vários convites para participar em debates na assembleia representativa dos cidadãos europeus. Tajani anunciou que vai enviar uma carta formal de protesto a Dijsselbloem manifestando a condenação unânime do PE a uma postura deste tipo por parte de alguém que desempenha um cargo tão importante. Vários eurodeputados afirmaram que o presidente do Eurogrupo deve responder perante os representantes dos cidadãos afetados pelas medidas tomadas neste grupo informal dos ministros das Finanças dos países do euro. Foram também reiterados os apelos à demissão de Dijsselbloem e sugerido que fosse declarado *persona non grata* no PE. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@
cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail:
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site <http://www.cip.org.pt>



BREXIT

- **Reino Unido notifica formalmente Conselho Europeu da sua intenção de saída da União Europeia**

No passado dia 29 de março, o Reino Unido notificou formalmente o Conselho Europeu da sua intenção de se retirar da União Europeia, no âmbito dos termos definidos pelo artigo 50.º do Tratado da União Europeia. O Conselho Europeu (UE 27) irá reunir-se extraordinariamente, no próximo dia 29 de abril, ocasião na qual adotará, por consenso, um conjunto de orientações sobre a retirada ordenada do Reino Unido da União Europeia. Estas orientações definirão os princípios gerais que a UE defenderá nas negociações, com base no interesse comum da União Europeia e dos seus Estados-Membros. Antes dessa data, no dia 5 de abril, será debatida e votada em plenário a uma [proposta de resolução do Parlamento Europeu](#), com o objetivo de definir as condições para aprovar o acordo de saída do Reino Unido da União Europeia. Para mais informações, consulte a [declaração](#) do Conselho Europeu, bem como a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia. Consulte ainda os comunicados de imprensa da [CIP](#) e da [BusinessEurope](#).

- **Brexit: Parlamento Europeu define linhas vermelhas para as negociações**

O Parlamento Europeu aprovou no dia 5 de abril, por 516 votos a favor, 133 contra e 50 abstenções, uma resolução que define as condições que devem estar preenchidas para poder aprovar o futuro acordo de saída do Reino Unido da União Europeia. Os eurodeputados requerem o tratamento equitativo dos cidadãos da UE-27 que residem no Reino Unido e dos cidadãos britânicos que residem na UE-27, defendendo que “deve ser conferida uma prioridade máxima aos interesses destes cidadãos no processo de negociação”. O PE quer que o estatuto e os direitos destes cidadãos fiquem sujeitos aos princípios da “reciprocidade, equidade, simetria e não-discriminação”. Até deixar a UE, o Reino Unido deve beneficiar de todos os direitos e cumprir todas as obrigações decorrentes dos Tratados, incluindo as obrigações financeiras e orçamentais - como os compromissos assumidos ao abrigo do atual quadro financeiro plurianual - que podem ir além da data da sua retirada, relembra a resolução. O PE opõe-se a qualquer futuro acordo “que contenha disposições fragmentadas ou setoriais” e reitera a indivisibilidade das quatro liberdades do mercado interno (livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais). Apenas quando tiverem sido efetuados “progressos substanciais” para um acordo de saída da União, poderão começar as negociações sobre eventuais disposições transitórias, acrescenta. Essas disposições transitórias não devem ter uma duração superior a três anos. O PE insiste que só poderá ser concluído um acordo sobre as futuras relações entre as partes quando o Reino Unido se tiver retirado da UE. “Seja qual for o resultado das negociações sobre as futuras relações entre a União Europeia e o Reino Unido, estas não podem implicar qualquer tipo de compromisso entre a segurança interna e externa, incluindo a cooperação no domínio da defesa, por um lado, e as futuras relações económicas, por outro”, diz a resolução. Os eurodeputados acrescentam que qualquer futuro acordo está também “condicionado ao respeito permanente pelo Reino Unido das normas estabelecidas pela legislação e pelas políticas da União”, em domínios como,

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



por exemplo, a luta contra a evasão e a elisão fiscais e a política social. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

ECONOMIA

Conselho (Ecofin) – Reunião Informal, 08/04/2017 – Principais destaques

- **Investimento em regiões de vizinhança** – Os ministros discutiram o papel das instituições europeias no aumento do investimento privado em África e a questão da segurança fiscal num ambiente em mudança. Consulte o [comunicado de imprensa](#).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Eurogrupo, 07/04/2014 – Principais destaques

- **União bancária: aspetos relativos à área do euro** – Os ministros assistiram à apresentação do relatório anual do Banco Central Europeu (BCE) sobre as suas atividades de supervisão de 2016 e as prioridades de 2017. As prioridades para 2017 do Conselho de Supervisão incluem a convergência das normas nacionais de supervisão na união bancária, uma solução para o crédito malparado nos balanços dos bancos, que continua a ser problemático em alguns Estados-Membros, e o aumento da rentabilidade dos bancos, melhorando assim a sua capacidade de financiar a economia.
- **Debate temático sobre o crescimento e o emprego: investimento** – O Eurogrupo continuou o seu debate sobre a promoção do investimento, que iniciou em julho do ano passado, e adotou uma declaração que define os princípios comuns para orientar as políticas nacionais neste domínio. Os princípios visam melhorar o ambiente empresarial aumentando a eficiência da administração pública, dando prioridade aos investimentos públicos de elevada qualidade para estimular o crescimento e o potencial de crescimento, desenvolvendo fontes de financiamento baseadas no mercado e eliminando os obstáculos regulamentares ao investimento privado. Consulte a [Declaração do Eurogrupo sobre princípios comuns para promover o investimento](#).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 21/03/2017 – Principais destaques

- **Política económica e orçamental** – O Conselho debateu a aplicação das recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu, centrando a sua atenção nas experiências de reforma dos Estados-Membros neste domínio. O debate deu origem a uma troca de pontos de vista sobre o impacto que essas experiências tiveram no ambiente empresarial.
- **Reunião do G20** – Os ministros debateram os resultados da reunião dos Ministros das Finanças do G20 e dos Governadores dos Bancos Centrais realizada em Baden-Baden em 17 e 18 de março

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



de 2017, tendo sido informados pela Presidência maltesa, a Comissão e a Alemanha, país organizador da reunião. Na reunião, debateu-se a economia mundial, um pacto com a África, as instituições financeiras internacionais, a fiscalidade, a regulamentação financeira, as remessas e a luta contra o branqueamento de capitais. Esta foi a primeira de duas reuniões a realizar antes da cimeira do G20 de julho em Hamburgo.

- **IVA** – O Conselho debateu uma proposta que autorizará a aplicação de taxas de IVA diferentes da taxa normal a publicações eletrónicas e uma proposta que permitirá a aplicação temporária de um mecanismo generalizado de autoliquidação para prevenir a fraude ao IVA. A primeira proposta prevê a possibilidade de alinhar as regras aplicáveis às publicações eletrónicas – que são, atualmente, tributadas à taxa normal do IVA – pelas regras aplicáveis às publicações físicas, que beneficiam de uma série de taxas reduzidas. Esta proposta faz parte de um esforço mais amplo de modernização do IVA no âmbito do plano para um mercado único digital. A segunda proposta vem dar resposta a um pedido formulado pelos Estados-Membros particularmente afetados pela fraude ao IVA. O "mecanismo generalizado de autoliquidação" implicará passar a responsabilidade pelo pagamento do IVA do fornecedor para o cliente em prestações internas acima de um determinado limiar. Os trabalhos serão prosseguidos à luz dos comentários dos ministros, tendo em vista chegar a um acordo sobre ambas as propostas.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

Eurogrupo, 20/03/2017 – Principais destaques

- **Projetos de planos orçamentais e execução do Pacto de Estabilidade e Crescimento** – O Eurogrupo avaliou a forma como os Estados-Membros da área do euro estão a executar os seus projetos de planos orçamentais para 2017 e os compromissos estabelecidos nas declarações do Eurogrupo de 5 de dezembro de 2016 e 26 de janeiro de 2017. A avaliação foi efetuada tendo em conta as previsões económicas do inverno de 2017 da Comissão Europeia, e não difere significativamente das avaliações efetuadas em dezembro de 2016 e em janeiro deste ano. O Eurogrupo decidiu reexaminar a situação esta primavera.
- **Debate temático sobre crescimento e emprego: sistemas de pensões** – O Eurogrupo deu continuidade ao seu debate sobre os sistemas de pensões da área do euro. Desta vez, os ministros examinaram a recente análise realizada pela Comissão Europeia e acordaram em dar início à avaliação comparativa entre os Estados-Membros. A análise comparativa dos sistemas de pensões basear-se-á num conjunto de indicadores (que incluem a sustentabilidade orçamental dos sistemas de pensões) e nas boas práticas nacionais. Os pormenores estão especificados na [declaração](#) do Eurogrupo.

Para mais informações, consulte a [página da reunião](#).

Novas regras para proteção de investidores e para ajudar as PME a aceder a diferentes fontes de capital

Regras uniformizadas sobre a informação referida em prospetos a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários foram aprovadas pelo Parlamento Europeu no passado dia 5 de abril. Estas regras têm

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



como objetivo proteger os investidores, criar um mercado único de capitais mais eficiente e facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento. Os prospetos são documentos cuja publicação é legalmente exigida aquando a venda de títulos como ações em empresas ou obrigações são colocadas à disposição de investidores. Os prospetos devem estar disponíveis publicamente e publicados no portal web de um emissor ou intermediário financeiro. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

Plano de Ação para os serviços financeiros prestados a consumidores

A Comissão Europeia a apresentou, no dia 23 de março, um [plano de ação](#) que define formas de proporcionar aos consumidores europeus mais possibilidades de escolha e um melhor acesso aos serviços financeiros em toda a UE. O presente plano de ação visa suprimir as barreiras nacionais, dado que, atualmente, apenas 7 % dos consumidores compram serviços financeiros noutra Estado-Membro da UE. Todos os consumidores deverão ter a possibilidade de escolher livremente entre uma vasta gama de serviços financeiros disponibilizados em toda a UE e obter a melhor relação qualidade/preço, confiantes de que beneficiam de uma boa proteção. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [brochura informativa](#) da Comissão Europeia.

Informação bibliográfica

- [Relatório de avaliação pós-programa a Portugal referente ao Outono de 2016](#) publicado em 27 de março que apresenta as conclusões da quinta missão de avaliação pós-programa, que decorreu em Lisboa entre 29 de novembro e 7 de dezembro de 2016, sob responsabilidade conjunta da Comissão e do Banco Central Europeu.
- [Relatório sobre as regiões em atraso](#) – Competitividade nas regiões de baixo rendimento e de baixo crescimento da Comissão Europeia de 11 de abril onde são identificados caminhos claros para apoiar estratégias de crescimento regional, com o apoio dos fundos da UE. Portugal encontra-se na lista dos países com regiões de “baixo-crescimento” (regiões cujo PIB per capita pode atingir 90% da média da UE, mas com uma persistente falta de crescimento – Alentejo, Algarve, Centro e Norte), em conjunto com a Grécia, Espanha e Itália. Consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Política Regional, bem como a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.
- Na reforma da Política de Coesão para o período de 2014-2020 foram introduzidas pré-condições para o financiamento com verbas dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. Uma [primeira avaliação](#), publicada no dia 31 de março, revela que esta fase adicional tem um grande valor e que as pré-condições demonstraram ser um poderoso incentivo para os Estados-membros e as regiões realizarem reformas que, de outro modo, teriam sido adiadas ou não necessariamente aplicadas. As [pré-condições](#) para o êxito dos investimentos (ou “[condicionalidades ex ante](#)”) abrangem uma grande variedade de setores, incluindo a conformidade com a eficiência energética, a inovação, os planos

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@
cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail:
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



digitais e as reformas da educação. Foram incluídas na Política de Coesão reformada para assegurar a solidez e a eficácia das despesas. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

ENERGIA E CLIMA

MERCADO INTERNO

Conselho (Competitividade) – Reunião Informal, 06/04/2017 – Principais destaques

- **Start-ups e scale-ups** – O Conselho reconheceu o importante papel que as *start-ups* e *scale-ups* desempenham na promoção dos objetivos europeus para a economia social, economia circular, Mercado Único Digital e digitalização da indústria. Nesse sentido, determinou-se que deverá existir um maior apoio de instrumentos financeiros que suportem a inovação e o empreendedorismo dentro da União, principalmente através dos bancos nacionais, do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião e o [comunicado de imprensa](#) da presidência maltesa.

Conselho (Justiça e Assuntos Internos), 27-28/03/2017 – Principais destaques

- **Mercado Único Digital** – Os ministros registaram os progressos alcançados no âmbito do trabalho técnico sobre a diretiva relativa ao fornecimento de conteúdos digitais. A Presidência maltesa centrou os trabalhos na procura de compromissos sobre os principais conceitos e as questões fulcrais, tais como as regras relativas à conformidade e aos meios de compensação. Tendo em conta a atitude muito positiva dos Estados-Membros, a Presidência está confiante de que a posição do Conselho poderá ser adotada até junho, com vista a iniciar as negociações com o Parlamento. A diretiva relativa aos conteúdos digitais tem por objetivo regular os contratos de fornecimento de conteúdos digitais e abrangerá vários produtos e serviços, como a compra em linha de música e vídeos ou os serviços que permitam a partilha de dados (por exemplo, Facebook, YouTube, etc.).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Garantir a segurança dos consumidores – mercados em linha unem esforços para retirar produtos perigosos do mercado da UE

A Comissão Europeia apresentou no dia 16 o seu mais recente [relatório sobre o sistema de alerta rápido para produtos perigosos](#). Em 2016, o sistema foi utilizado de modo mais ativo pelas autoridades nacionais,

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



que retiraram mais produtos perigosos das lojas. No entanto, cada vez mais produtos perigosos notificados no âmbito do sistema de alerta rápido são produtos vendidos por intermédio de plataformas em linha. É por essa razão que a Comissão reforçou a sua colaboração com a Amazon, o eBay e a Alibaba a fim de retirar de forma mais expedita os produtos potencialmente perigosos ou não conformes dos seus sítios Web que vendem a consumidores da UE. A cooperação entre os países da UE intensificou-se e estes utilizam, cada vez mais, o sistema de alerta rápido para garantir que os produtos perigosos são rapidamente retirados em toda a Europa. Em 2016, as autoridades nacionais fizeram circular 2 044 alertas sobre produtos perigosos, por intermédio do sistema de alerta rápido. Esses alertas deram lugar a 3 824 medidas de seguimento, tais como recolhas de produtos. O número de respostas foi superior ao dobro dos anos anteriores. Isso demonstra que as autoridades nacionais estão a acompanhar mais de perto os alertas e a tomar todas as medidas necessárias para tornarem o mercado mais seguro para os consumidores. A Comissão Europeia também colaborou com as autoridades nacionais para tornar o sistema ainda mais fácil de utilizar e o sítio Web público foi modernizado para incentivar a sua utilização por parte das empresas e dos consumidores. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Roaming: Parlamento Europeu aprova limites máximos para os mercados grossistas

O Parlamento Europeu aprovou, no dia 6 de abril, as regras que limitam o valor que os operadores de redes móveis podem cobrar uns aos outros quando alguém faz chamadas, envia mensagens de texto ou navega na Internet noutro país da UE. Esta reforma do mercado grossista de itinerância era o ato legislativo que faltava para que as taxas de roaming pagas pelos consumidores possam ser abolidas até 15 de junho deste ano. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Anti-trust: Comissão Europeia introduz novo instrumento de denúncia anónima

A Comissão Europeia lançou, no dia 16 de março, um novo instrumento destinado a tornar mais fácil aos cidadãos alertar, de forma anónima, a Comissão sobre cartéis secretos e outras infrações às regras no domínio *anti-trust*. Os cidadãos podem ajudar, agora de forma anónima, na luta contra os cartéis e outras práticas anti concorrenciais. Estas práticas incluem combinar preços ou propostas em concursos públicos, mantendo produtos fora do mercado ou excluindo, de forma desleal, os seus concorrentes, e podem causar enormes prejuízos à economia da Europa. Podem recusar aos clientes acesso a uma escolha mais ampla de bens e serviços a preços razoáveis, inibem a inovação, e provocam o encerramento de empresas. O novo instrumento da Comissão também dá oportunidade aos cidadãos que tenham conhecimento da existência ou do funcionamento de um cartel ou de outros tipos de infrações às regras no domínio *anti-trust* para ajudarem a pôr termo a tais práticas. O novo sistema aumenta a probabilidade de deteção e repressão e, por isso, pretende impedir as empresas de entrarem ou de permanecerem em cartéis ou de terem outros tipos de comportamento anticoncorrencial ilegal. Por conseguinte, complementa e reforça a eficácia do [programa de clemência](#) da Comissão. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



Antitrust: Comissão propõe novas regras para autoridades nacionais

A Comissão Europeia propôs novas regras que conferem às autoridades da concorrência dos Estados-Membros poderes para aplicarem de forma mais eficaz as regras antitrust da UE. A proposta procura garantir que dispõem dos meios necessários para tal. A Comissão Europeia e as autoridades nacionais da concorrência dos Estados-Membros estão a trabalhar em estreita colaboração na aplicação das regras antitrust da UE, no âmbito da [Rede Europeia da Concorrência \(REC\)](#). Esta rede constitui a base para uma aplicação coerente das regras da UE no domínio antitrust por todas as autoridades responsáveis por essa aplicação. Para saber mais, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Informação bibliográfica

- **Painel de Avaliação da Justiça na União Europeia (2017)**, publicado pela Comissão Europeia em 10 de abril, apresenta um panorama comparativo da eficiência, qualidade e independência dos sistemas judiciais dos Estados-Membros. No [comunicado de imprensa](#) poderá aceder ao relatório.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Acordo UE-Mercosul – 27ª Ronda de Negociações (Principais destaques)

A 27ª ronda de negociações para o Acordo entre a União Europeia e o Mercosul decorreu em Buenos Aires, de 20 a 24 de março. Os progressos mais significativos foram alcançados nos capítulos do Comércio Internacional (medidas sanitárias e fitossanitárias, facilitação do comércio, serviços, direitos de propriedade intelectual, contratos públicos e comércio e desenvolvimento sustentável), Diálogo Político e Cooperação Regional (promoção da democracia e dos direitos humanos, combate à pobreza e ao tráfico de drogas, investigação científica e desenvolvimento sustentável). Ambos os lados acordaram em avançar nas negociações, com o intuito de as concluir o mais cedo possível. A próxima ronda de negociações irá decorrer em Bruxelas, em julho. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Trade.

Publicado relatório e propostas mais recentes sobre as negociações do acordo comercial da UE com o Mercosul

A Comissão publicou, no dia 10 de abril, um [relatório](#) que resume os progressos realizados durante a última ronda de negociações para um acordo comercial entre a UE e o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), que se realizou em Buenos Aires, durante a semana de 20 de março. Durante as negociações, a UE apresentou [propostas textuais](#) em matéria de comércio e desenvolvimento sustentáveis, transparência, acesso à energia e às matérias-primas, um anexo sobre os obstáculos técnicos ao comércio no setor dos veículos automóveis e uma proposta sobre a agricultura, incluindo disposições sobre cooperação bilateral e multilateral, vinhos e bebidas espirituosas, e outros temas. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Trade.

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@
cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail:
associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail:
cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>



Conselho de Associação UE-Argélia, 13/03/2016 – Principais destaques

O Conselho de Associação União Europeia-Argélia reuniu-se no dia 13 de março de 2017, em Bruxelas e adotou as [prioridades da parceria](#) entre os dois territórios. Nesta ocasião, foram assinados três [acordos de financiamento](#) da UE, relativos a um programa de apoio ao desenvolvimento das energias renováveis e à promoção da eficiência energética na Argélia (10 milhões de euros), um programa de reforma das finanças públicas (10 milhões de euros) e um programa de apoio à execução do Acordo de Associação (20 milhões de euros). Após a reunião, as delegações publicaram uma [declaração conjunta](#) sobre a mesma. Saiba mais na [página oficial da reunião](#) e consulte também o [relatório](#) sobre as relações bilaterais UE-Argélia.

UE e Japão concluem 18ª ronda de negociações para Acordo de Comércio Livre

A 18ª ronda de negociações entre a União Europeia e o Japão decorreu em Tóquio, de 3 a 5 de abril de 2017. Esta foi a primeira ronda de negociações a decorrer desde o encontro de 21 de março de 2017 entre os Presidentes Juncker e Tusk e o Primeiro Ministro Abe, durante o qual tinha sido reafirmado o compromisso com uma conclusão das negociações tão rapidamente quanto possível. Todos os tópicos incluídos no acordo foram abordados, incluindo o acesso aos mercados para bens e serviços. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da DG Trade.

Minerais de conflito: Parlamento Europeu aprova regras para cortar financiamento de grupos armados

O Parlamento Europeu aprovou, no dia 16 de março, novas regras para dificultar o financiamento de grupos armados e de violadores dos direitos humanos em zonas de conflito através do comércio de minerais. O regulamento estabelece um dever de diligência obrigatório para os importadores europeus de estanho, tântalo, tungsténio e ouro, isentando as pequenas empresas. Estes minerais são utilizados, por exemplo, nas indústrias automóvel, de construção e eletrónica, estando presentes em vários produtos, como os telemóveis. O regulamento aprovado em plenário por 558 votos a favor, 17 contra e 45 abstenções é um contributo da UE para os esforços internacionais no sentido de impedir que os lucros do comércio de minerais sejam utilizados para financiar conflitos armados em países ricos em recursos. As novas regras visam também promover um aprovisionamento responsável destes minerais por parte das empresas e favorecer canais legítimos de comércio. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

Informação bibliográfica

- **Ajuda pública ao desenvolvimento** - Novos dados da OCDE confirmam que a UE e os seus Estados-Membros consolidaram o seu lugar como maior doador mundial de ajuda em 2016, com 75,5 mil milhões de euros, o que constitui um aumento de 11% em relação aos níveis de 2015. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Cofinanciado por:



Site
<http://www.cip.org.pt>

